

Notícias

Conhecer o passado para compreender o futuro

I Encontro de História da Contabilidade reuniu cerca de dois mil TOC

Cerca de dois mil profissionais participaram, nos dias 26 e 27 de Setembro, em Lisboa e Porto, no I Encontro de História da Contabilidade, organizado pela Comissão de História da Contabilidade (CHC) da CTOC. De Luca Pacioli, ao período pombalino, passando pela profissão de contabilista em Portugal ou pela influência lusitana na história da Contabilidade do Brasil, o programa ofereceu um vasto leque de temáticas úteis a todos quantos se interessam pela história ou desenvolvem a sua actividade profissional na área contabilística.

Apesar de se falar de passado e de história, o local escolhido na capital, o Auditório do Casino de Lisboa, um espaço moderno e confortável, ajudou a criar um contraste interessante, permitindo dar ênfase à ideia várias vezes expressa ao longo do dia de que só compreendendo o passado se poderá perspectivar o futuro.

Em Lisboa e Porto, o dia começou cedo para muitas centenas de profissionais. Em ambos os locais, coube a Domingues de Azevedo dar o pontapé de saída. Ante uma plateia atenta, o presidente da Direcção da CTOC justificou a aposta nesta iniciativa: «Quem não conhece o seu passado dificilmente entenderá o presente e compreenderá o seu futuro», alertou o responsável máximo da Instituição para quem a criação da Comissão de História da Contabilidade (CHC) da CTOC «foi a aposta possível. Tentamos estabelecer parcerias com outras instituições e para isso abrimos a porta. Mas as pessoas não quiseram entrar. Uma Instituição como a CTOC não pode ignorar a história da Contabilidade. Na ausência de outras soluções, criámos a CHC, pois foi o caminho que nos pareceu mais adequado.»

Novidades no controlo dos membros

Reafirmando a ideia de que a profissão, em Portugal, quando comparada com o que se verifica em muitos países europeus, «está no bom caminho», Domingues de Azevedo deixou a garantia de que a equipa por si liderada continuará a pro-

curar «as melhores respostas para os novos desafios que quase diariamente a profissão encontra. Porque é o futuro que nos preocupa e é para esse que trabalhamos», sustentou o presidente da Direcção. E foi a falar de futuro que Domingues de Azevedo prometeu, para breve, alterações no controlo dos membros que participam nestas iniciativas.

É que, tanto em Lisboa, como depois no Porto, e face ao rápido esgotamento das inscrições, foi visível que muitos membros apenas o fizeram para obterem os créditos respectivos, ausentando-se cedo das salas ou não chegando sequer a entrar.

«Queremos que os profissionais interiorizem a necessidade de saber. Por isso, face ao que se passou, teremos de repensar a forma de controlo das entradas nestes eventos. Na formação não nos movem questões monetárias ou quantitativas, mas apenas preocupações de qualidade. E face ao que assistimos, tudo isso está a ser posto em causa», concluiu o dirigente.

Lúcia Lima Rodrigues, presidente da CHC, deu também as boas-vindas e destacou ser de «extraordinária importância a aliança entre académicos e profissionais.» Primeira mulher doutorada em Portugal em Contabilidade, esta docente universitária confessou a sua «paixão» pela história da Contabilidade, lembrando a influência que nela e na Universidade do Minho exerceram as passagens de António Lopes de Sá e Jorge Tua Pereda. Por ser uma área que em Portugal «está ainda a dar os primeiros passos», Lúcia Lima Rodrigues acredita que «estamos perante um campo de conhecimento com muito para desbravar, até porque temos muitos arquivos por explorar.» Alguns exemplos dessa exploração viriam um pouco mais tarde, após a dissertação de Tua Pereda.

Desenvolvimento económico forçou mudanças na Contabilidade

O prestigiado académico espanhol abordou o tema «Luca Pacioli, La Partida Doble Y Renascimento»,

apresentando à plateia o que qualificou como sendo as «impressões de um profano». Tua Pereda reconheceu que Pacioli, unanimemente considerado o «pai» da Contabilidade moderna, sempre foi muito familiar para matemáticos e arquitectos, mas menos conhecido para pessoas afectas a outros ramos do saber. «Pacioli foi um contemporâneo em busca da ciência, ordem e estética. Nas conexões experimentadas no seu “quadrado mágico”, em que enfatiza a força dos números e em que o 34 está sempre presente, ele criou, por assim dizer, o primeiro “Sudoku” da História». Tua Pereda referiu ainda a importância das estreitas relações que o sábio renascentista manteve com personalidades da envergadura de da Vinci, Donatello, Botticelli, de la Francesca e Alberti, só para citar alguns. O professor da Autónoma de Madrid realçou ainda «a geometria e o equilíbrio das figuras» de Pacioli, ex-

pressos na pintura e na escultura do Renascimento, período em que «a filosofia, a ética, a estética e a matemática se converteram em pontos cardeais da acção humana».

Nascido em meados do século XV em Borgo de San Sepolcro, na Toscana, valeu a Pacioli uma educação com mercadores. O *background* acumulado em diversas universidades italianas onde leccionou levou-o a estreitar o relacionamento com alguns papas do período renascentista. Redigiu vários tratados de álgebra e foi o primeiro a descrever Contabilidade de dupla entrada, também conhecido como o método das partidas dobradas. «Associada ao Renascimento económico, sem este instrumento não seria possível o crescimento económico verificado», refere Tua Pereda. «O desenvolvimento obrigou a mudanças na Contabilidade devido à acumulação de capitais, vinculando-a com os valores científicos, estéticos e económicos próprios do Renascimento», acrescentou. Maior racionalidade económica e uma melhor definição de conceitos, foram outras das virtualidades das partidas dobradas destacadas por Tua Pereda. Em 1509, Pacioli escreveu *De Divina Proportione*, ilustrada por da Vinci, que abordava as proporções artísticas. Pereda realçou que este «padrão estético» é visível em Portugal no período pombalino e em edifícios tão diversos como o Partenon, na Grécia, a Catedral de Notre Dame, em Paris, a Puerta de Alcalá, em Madrid ou o edifício-sede das Nações Unidas, em Nova Iorque. O *Stradivarius* é mais um exemplo da proporção artística definida por Pacioli.

Escravos e privilégios no Grão-Pará e Maranhão

Terminada a “viagem” fascinante ao Renascimento, o primeiro painel do dia, subordinado ao tema «A Contabilidade no período pombalino», arrancou com a apresentação de Ofélia Pinto, focando «A Contabilidade e o negócio dos escravos na “Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão”». Novidades desta investigação? Muitas. Socorrendo-se, sobretudo, das fontes primárias disponíveis na Torre do Tombo, organizadas num fundo constituído por 217 livros, a autora, após ter dado uma perspectiva histórica da Companhia (criada por alvará régio de 7 de Junho de 1755), enunciou uma curiosa série de privilégios, muitos deles concedidos através de alvará secreto em 29 de Novembro de 1757 e



Lúcia Lima Rodrigues e Domingues de Azevedo: juntos em prol do conhecimento histórico da Contabilidade

que deveriam ser, a todo o custo, ocultados aos portugueses.

Entre essas benesses, encontravam-se as isenções fiscais, a exclusividade para transporte e introdução no Pará e Maranhão dos escravos africanos e a exclusividade no comércio por grosso.

Uma análise cuidada aos arquivos permitiu também detectar a importância do negócio dos escravos para a Companhia e constatar o carácter de pura mercadoria atribuída a esses seres humanos.

Apesar da lentidão das comunicações, e das inerentes dificuldades de transporte, a verdade é que a contabilidade da Companhia, assente no diário, razão – escritura-

dos de acordo com o método da partida dobrada – e no livro de demonstrações, revela a existência de uma multinacional com procedimentos «verdadeiramente notáveis.» A atestar isso está o relato por segmentos (tipo de negócios), o que evidencia um elevado «nível de organização.» Tendo como primeiro guarda-livros um francês de nome Darnaud, Ofélia Pinto revela ainda que, ao longo dos 20 anos de concessão, a CGGPM «adquiriu cerca de 31 mil escravos adultos e algumas crianças» e concluiu que «a Contabilidade é uma testemunha privilegiada dos acontecimentos históricos.»

Contabilidade do Vinho do Porto

«Contabilidade do Vinho do Porto: o período pombalino» foi o tema tratado por Isabel Gomes de Oliveira. Esta docente apresentou uma contextualização social e económica do sector do Vinho do Porto, bem como o enquadramento da contabilidade a nível internacional no séc. XVIII. No entanto, centrou atenções na aplicação do método das partidas dobradas na Real Companhia Velha (designada na altura de Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro) no período de 1756-1777, criada para proteger a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro e controlar a actividade dos ingleses nessa área.

Em Itália, por exemplo, há quem defenda que o método das partidas dobradas começou a ser utilizado no séc. XIII. Todavia, apenas no séc. XVIII se espalhou pela Europa. Em Portugal, defendeu a autora, a primeira organização governamental a adoptar o método foi o Erário Régio. Da inves-



O espanhol Tua Pereda deu uma «lição» de cultura renascentista, enfatizando a importância de Pacioli

tigação desenvolvida ficou a conhecer-se também o nome do primeiro guarda-livros da Companhia (João Frederico de Hecquenbergh), cujo vencimento anual era de 800 000 réis, um valor elevadíssimo para a época, tendo em conta que, por exemplo, de acordo com os dados disponibilizados, o juiz conservador da entidade ganhava 300 000 réis ou o procurador fiscal 200 000 réis.

A nível contabilístico, Isabel Gomes de Oliveira explicou o que era e para que serviam os livros memorial, diário e razão, recordando que a partir deste último era efectuado o balanço. O primeiro data de 1757, sendo que a partir de então é elaborado um balanço final em cada ano, com as contas a serem registadas umas atrás das outras, sem ordem específica. Por fim, refira-se que os resultados líquidos eram apurados anualmente, algo invulgar para a época, e uma percentagem era deduzida aos mesmos, a título de distribuição de dividendos aos accionistas. De referir ainda que o cálculo de resultados apurava «os dividendos a pagar aos sócios», o que demonstra, sugere e investigadora, «preocupação pela criação de valor para os accionistas.» Tudo isto comprova, conclui a docente, «o elevado nível contabilístico» da altura, só possível graças «ao papel de Pombal, veículo de transferência de conhecimentos.»

Adopção pública das partidas dobradas

A terceira parte do primeiro painel esteve a cargo de Delfina Gomes, a primeira doutorada em História da Contabilidade no nosso País. «A Contabilidade Pública na época do Marquês de

Pombal» foi o tema apresentado e nele se explicou a adopção e institucionalização das partidas dobradas no Erário Régio português e a difusão do método para as colónias, entre 1750 e 1777. Em 1761, o Erário Régio foi a primeira organização governamental a adoptar o método das partidas dobradas, o que constituiu passo fundamental para a sua adopção em Portugal e nas colónias. Aliás, o dinamismo do Marquês de Pombal foi extensível a muitas outras áreas. No campo económico, por exemplo, a autora exemplificou com a criação da Junta do Comércio, Aula do Comércio, Erário Régio ou Colégio dos Nobres. Com a aposta no Erário Régio, tinha-se por objectivo centralizar a arrecadação da receita e despesa pública que teria como fim último aumentar a riqueza da Coroa. Por isso, a adopção das novas práticas contabilísticas visava tornar mais eficiente a recepção das rendas da Coroa. Entre outras razões, como chamou a atenção Delfina Gomes, justificava-se a opção pelas partidas dobradas por ser o método usado «por todas as nações polidas da Europa.»

Como o aumento da riqueza estava sempre na mira dos decisores, não admira que as colónias tivessem ganho importância acrescida, procurando a sua interligação e orientação para a metrópole. Por isso, com excepção de Angola, o sistema de registo era similar para todas as colónias, levando a que os funcionários do Erário Régio

tivessem sido enviados para as quatro partidas do mundo, dada a extensão notável do império lusitano, para garantir a correcta aplicação das instruções e implementação do novo registo.

Ordem dos Contabilistas?

Joaquim Cunha Guimarães dissertou sobre «A profissão de contabilista em Portugal». Na resenha histórica que fez, referiu que a primeira referência conhecida a «guarda-livros», consta dos estatutos da Aula do Comércio, de 19 Abril, de 1759, confirmados por alvará de 21 de Maio do mesmo ano, criados pelo Marquês de Pombal. No final do século XIX, o «Código Veiga Beirão», abandonou as referências à profissão. A designação posterior passou a ser «técnico de contas», expressão que carece de certeza sobre a autoria o que, para Cunha Guimarães, «sugere uma investigação futura.» Em Outubro de 1995, emerge a designação «Técnico Oficial de Contas», resultando do facto de a profissão se considerar de «interesse público». Designação que se mantém no actual Estatuto da CTOC. Para concluir, Cunha Guimarães sugeriu que, aproveitando a revisão estatutária em curso, a CTOC passe a chamar-se «Ordem dos Contabilistas», de modo a «clarificar e alargar as respectivas responsabilidades e funções estatutárias.»

Na era da maioridade

Ana Rita Faria e Leonor Fernandes Ferreira foram as autoras da apresentação sobre o «Estudo da História da Contabilidade: Evolução e Perspectivas em Portugal», dos primórdios à actualidade. As docentes concluíram que a «Aula do Comércio» foi o primeiro local do mundo onde se leccionou História da Contabilidade, uma pista confirmada pela investigação de Lúcia Lima Rodrigues. Contudo, pese embora os esforços pioneiros, não se desenvolveram estruturas institucionais para dar continuidade. A década de 70 marcou o seu



Lúcia Lima Rodrigues, Leonor Fernandes Ferreira, Domingues de Azevedo, António Lopes de Sá e Jorge Tua Pereda: um quinteto bem disposto

início como disciplina académica. Na década de 90, a História da Contabilidade entrou, segundo as autoras, na «maioridade», fruto de «diversidade intelectual» e de um «maior volume de investigação publicada». A disciplina torna-se integrada no ensino da Gestão de Empresas. Na actualidade já é vasto o número de instituições/cursos com cadeiras específicas de História da Contabilidade, a saber: Universidade do Minho, ISCAC, IPCA, Politécnico de Portalegre e ESG de Santarém. Após 1999, 11 dissertações de mestrado foram defendidas em estabelecimentos de ensino superior nacionais, seis delas na Universidade do Minho. Pese embora estes números serem encorajadores, as autoras lamentam que «não existam em Portugal, revistas especializadas no âmbito da História da Contabilidade».

Comerciantes portugueses enganados

Lúcia Lima Rodrigues debruçou-se sobre «A Aula do Comércio: Primeiro Estabelecimento de Ensino Técnico de Contabilidade», aproveitando o ensejo para lembrar que a investigação, patrocinada pela CTOC e iniciada em 2002, culminou com a elaboração de quatro artigos sobre a Aula do Comércio, publicados por editoras internacionais e disponíveis *online*.

A docente da Universidade do Minho sublinhou o papel pioneiro da Aula do Comércio, mas sempre indissociável da figura do Marquês de Pombal. Aquando da sua estadia em Londres, o conde de Oeiras, inspirando-se em livros sobre matérias comerciais, gizou uma «nova organização da administração pública», de modo a formar quadros de comerciantes e guarda-livros bem preparados. Em 1742, na carta que escreve ao Cardeal da Mota, o secretário de Estado do Reino de D. João V, alertou para a necessidade de instruir, tecnicamente, os comerciantes. «Pombal ambicionava criar um grande império e, para tal, era necessário ter guarda-livros. O que acontecia, à época, é que Portugal importava estes profissionais, da mesma forma como faz hoje com os médicos. Esta profissão era particularmente reconhecida e tinha bastante importância nos negócios», disse Lúcia Rodrigues. A investigadora afirmou ainda que o Marquês de Pombal tinha a convicção de que «os comerciantes portugueses eram enganados nos negócios devido à sua fraca formação».



Joaquim Cunha Guimarães fez uma resenha sobre a evolução da profissão de contabilista

O ouro para a revolução industrial

Antes da sessão de encerramento, tempo ainda para um momento especial: a homenagem da CTOC a Raúl e Álvaro Dória. A família ofereceu à biblioteca da Câmara quase três centenas de obras que muito veio enriquecer o espólio da Instituição. Para assinalar esse gesto, a CTOC integrou no programa o agradecimento público à família Dória, ali representada pelos netos de Raul Dória, filhos de Álvaro Dória. Domingues de Azevedo ofereceu uma placa evocativa e garantiu que a Instituição «não esquecerá o gesto.» Do outro lado, em breves palavras, ficou expresso o desejo de que a atitude da família Dória «venha a ser compreendida e tenha utilidade para os actuais e futuros membros.» A tarde avançava rapidamente para o fim, mas faltava ainda um dos grandes momentos do dia: a conferência de encerramento, tendo como orador António Lopes de Sá e dedicada ao tema «A importância de Portugal na História da Contabilidade do Brasil». Depois de uma breve abordagem das civilizações pré-colombianas, este catedrático brasileiro centrou a sua atenção no período que mediou entre a descoberta do Brasil e a sua independência, em 1822. Falou-se de Gaspar Lamego, o primeiro contabilista nomeado pela Coroa a chegar ao Brasil, falou-se da consolidação da Casa dos Contos e da implementação, por efeito das reformas pombalinas, das partidas dobradas. Lopes de Sá falou ainda na importância dos diversos ciclos económicos (pau-brasil, cana de açúcar e ouro) e nas adaptações contabilísticas que cada um exigiu. No seu registo muito próprio e cativante, o orador assegurou que «foram os portu-

gueses quem financiou a revolução industrial inglesa», através do ouro que chegava do Brasil.

Lopes de Sá, senhor de vasta cultura, lembrou ainda que o Erário Régio deu origem ao primeiro livro de contabilidade escrito no Brasil, por Francisco A. Rebelo, garantindo que «a influência de D. João VI na história contabilística do Brasil foi extraordinária.»

O orador não terminaria a sua intervenção, que “agarrou” durante mais de uma hora os presentes, sem tecer considerações de âmbito mais actual, lembrando que «quando se destrói um conceito, destrói-se a ciência: as normas internacionais são um lixo terrível», afiançou, assegurando não «ter medo» de dizer o que pensa e defendendo, sem reservas, a liberdade de pensamento, porque «é a única forma de encontrar a verdade.»

Com o saber acumulado em décadas de vida e com a indesmentível felicidade de o poder partilhar, terminava com o maior publicista de língua portuguesa das temáticas contabilísticas o I Encontro de História da Contabilidade, “receita” que, como Domingues de Azevedo fez questão de sublinhar, «será para manter», ao mesmo tempo que

garantia que a Instituição apoiará «todos os projectos de investigação credíveis, porque estamos empenhados em mudar, definitivamente, a imagem do profissional como mero preenchedor de papéis para o fisco.» Reforçando algumas das palavras do responsável máximo da Câmara, pronunciou-se Lúcia Lima Rodrigues que, depois de se mostrar satisfeita com o desenvolvimento dos trabalhos deixou a garantia de que a Comissão por si presidida continuará «a trabalhar para que, no próximo ano, apresentemos um encontro ainda melhor.»

Precisamente em 2009, assinalam-se os 250 anos da Aula do Comércio. Motivos de sobra para, em simultâneo, «comemorar um marco no interesse público da profissão», conclui.

Manuel dos Santos, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Câmara, encerrou os trabalhos no Seminário de Vilar, no Porto. «Para sedimentar os conhecimentos profissionais é preciso conhecer a História. Foi uma das mais importantes realizações da CTOC, que se justificou plenamente e que não serviu apenas para os membros obterem créditos», rematou. ■



A família Dória (filhos de Álvaro Dória), aqui ladeada por Cunha Guimarães e Leonor Fernandes Ferreira de um lado e Lúcia Lima Rodrigues e Armando Marques, do outro, recebe uma placa destinada a assinalar a oferta de um vasto leque de obras à biblioteca da CTOC: 20 enciclopédias, 56 cadernos da Escola Raul Dória, três dicionários de Raul Dória e 203 livros de autores diversos.

O grande desafio começa agora

Entrega de certificados aos novos membros

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas realizou, no passado dia 17 de Setembro, mais uma entrega de certificados aos novos membros. A cerimónia ganhou já raízes na Instituição e tem merecido, da parte dos neófitos, uma aderência apreciável.

A exemplo de sessões anteriores, os novos membros foram convidados a visitar as instalações da sua nova “casa” para se inteirarem, dessa forma, de toda a orgânica e modo de funcionamento da Câmara. Seguiu-se a habitual cerimónia no auditório onde, já com os familiares e acompanhantes por perto, receberam as boas-vindas por parte do responsável máximo da Instituição, Domingues de Azevedo.

O presidente da Direcção deixou, como tem sido habitual, alguns conselhos aos novos colegas: «Se pensam que deixaram de estudar, enganam-se. A partir de agora terão de ser vocês a resolver os problemas e isso implica muito empenho e actualização permanente das matérias.» Algo que, na opinião de Domingues de Azevedo, os profissionais nem sempre gostam de fazer e que constituiu «um dos grandes problemas da profissão», porque existe «preguiça em estudar.»

Na sua breve alocução, o presidente da CTOC alertou ainda os novos membros para as dificuldades que o dia-a-dia trará e exortou-os a assentarem a sua actividade «em três pilares essenciais: ética, deontologia e qualidade.» São esses profissionais, «parceiros de decisão dos empresários»

que a Instituição gostaria de ver no futuro a constituir o grosso da classe, porque perante esses «os empresários não lamentam o que pagam.»

Ezequiel Fernandes, presidente da Comissão de Inscrição, salientou o facto da cerimónia representar uma «homenagem a todos aqueles que vos acompanharam nesta longa caminhada, ou seja, professores, familiares e patronos» e pediu aos novos TOC para não «perderem a força e o empenho na profissão.» Porque, salientou este responsável, «a partir de agora, são membros activos de pleno direito desta organização e isso significa que têm o dever de participar no seu desenvolvimento.»

Antes da entrega dos certificados com que encerraria a cerimónia, Pedro Roque, presidente do Júri de Exame, depois de recorrer aos mais recentes exemplos da turbulência financeira que agita o mundo (falência da Lehman Brothers, salvamento *in extremis* da seguradora AIG por parte da Reserva Federal Americana) e de assim ilustrar a importância que as normas internacionais adquirem nos dias que correm deixou um conselho: «Não se fechem, não se isolem. Só assim conseguirão estar actualizados e ser competitivos num mercado cada vez mais difícil. O grande desafio começou agora e esse consiste em exercer a profissão com competência, rigor e honestidade.»

Os exames a nível nacional realizaram-se no passado dia 21 de Junho e contaram com 671 candidatos. Foram aprovados 116. ■



Algumas dezenas de novos membros deslocaram-se à sede da Instituição para receberem os certificados

Morreu Mário de Sousa Azevedo

Director tesoureiro da Câmara faleceu aos 58 anos

A Direcção da CTOC informa os seus membros do falecimento do colega e amigo Mário de Sousa Azevedo, director tesoureiro da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, no passado dia 2 de Outubro. A cerimónia fúnebre realizou-se no dia seguinte, na Igreja Matriz de Santo Tirso.

Mário Azevedo tinha 58 anos e era casado. Tinha um filho e estava registado na CTOC com o n.º 104. Esteve ligado à Câmara desde o primeiro acto eleitoral, primeiro como vogal do Conselho Fiscal e, desde 2004, como membro da Direcção.

À sua família, em particular, aos amigos e aos Técnicos Oficiais de Contas, em geral, apresentamos as mais sentidas condolências. ■



Pessoa amiga, profissional empenhado

Falecimento de Mário Azevedo

Não queiras acrescentar dias à tua vida, mas vida aos teus dias.

Harry Benjamim

Quando olhamos para o lado constatamos – por vezes tarde de mais – que passámos pela vida sem termos tempo para nós próprios, família, amigos e todos aqueles com quem gostaríamos de ter privado.

A actividade profissional é deveras absorvente e aqueles que se entregam com alma a uma missão, aqueles que partilham e vivem as nossas causas, fazem com que estes momentos, de perda e de morte, nos atinjam de forma ainda mais profunda.

São homens empenhados que fazem a história e o nosso querido e estimado Mário Azevedo assim era. Pessoa amiga de quem merecia a sua amizade, profissional abnegado em fazer sempre melhor, homem que sabia respeitar, ser humano que pretendia mudar a mundo.

Recorrentemente, sentia-se irritado com tudo aquilo que não era possível melhorar, pois creio que já sentia que o tempo era pouco para mudar tantas coisas.

O trabalho por ele desenvolvido na Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, primeiro no Conselho Fiscal, depois na Direcção, foi uma extraordinária oportunidade para fazer amigos e demonstrar a sua humanidade na compreensão dos problemas com que diariamente os profissionais se confrontam, dando sempre o seu melhor para a sua solução sem que nada exigisse em troca.

É sempre duro perder um amigo, um colega de equipa, mais ainda quando longos e longos dias partilhámos tentando resolver os problemas da profissão.

Neste momento em que a saudade já nos domina, resta-nos dizer «Até breve!», Mário Azevedo. ■

Casos práticos da fiscalidade diariamente na TSF

«Conselho Fiscal» tem a parceria da CTOC

A parceria entre a CTOC e a TSF iniciou-se em 22 de Setembro com o programa «Conselho Fiscal», emitido diariamente naquela estação radiofónica, às 7h40 e 18h45. Nas primeiras duas semanas de emissões, os casos apresentados, numa linguagem o mais simplificada possível, pelos colaboradores da Câmara Paula Franco, João Antunes e Amândio Silva, foram os seguintes: Tributação de rendimentos com origem em arren-

damentos; Tributação de dividendos ou lucros de empresas; Notas de liquidação IRS e IRC - prazos para reclamar; Penhoras; Contas bancárias para pagamentos; Uniões de facto - prova de vivência em comum; Tributação sobre venda de acções; Pagamentos por conta dos contribuintes - categoria B; Taxa de IRC em Portugal; Regime fiscal das sociedades comerciais. Todos os registos de áudio podem ser escutados no *site* www.tsf.pt. ■

CTOC e CILEA organizam seminário internacional em Novembro

As PME como factor de desenvolvimento em debate no Europarque

O XVII Seminário Internacional de Países Latinos de Europa e América, subordinado ao tema «As PME como factor de desenvolvimento», realiza-se no próximo dia 7 de Novembro, no Europarque, em Santa Maria da Feira. Os trabalhos desta organização conjunta da CTOC e do Comité de Integração Latino Europa-América (CILEA) serão dedicados às pequenas e médias empresas, nas mais variadas vertentes: os profissionais

da Contabilidade nas PME; a criatividade nas PME; a importância da organização nas PME; as PME e a globalização. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, estará na cerimónia de abertura do evento. A CTOC é membro associado do CILEA e o presidente da Câmara, Domingues de Azevedo, ocupa uma das vice-presidências da instituição, presidida por Fernando Gonzalez-Moya Rodriguez de Mondelo. ■

Abordagem inovadora

Contabilidade e Controlo de Gestão em livro

Tendo como objectivo ilustrar a variedade e a riqueza de temas actuais na área da Contabilidade e Controlo de Gestão, oferecendo uma análise crítica e aprofundada de alguns assuntos com interesse para académicos e profissionais, está já disponível no mercado, com a chancela da Escolar Editora, uma nova obra. Organizado por Maria João Major (ISCTE Business School) e Rui J. Oliveira Vieira (Universidade Nova de Lisboa e Instituto de Empresa), o livro apresenta uma abordagem inovadora, sendo que a Con-



tabilidade e o Controlo de Gestão não se referem, somente, ao estudo de técnicas, mas também ao próprio contexto em que essas técnicas são adoptadas, implementadas e usadas. Os organizadores sublinham que, embora a implementação das técnicas seja importante, não se podem ignorar os seus impactos nas (e das) organizações onde foram implementadas. ■

Título: *Contabilidade e Controlo de Gestão – Teoria, Metodologia e Prática*
Editora: *Escolar Editora*

Reuniões livres de 2009

Alterações de datas no mês de Junho em quatro localidades

A direcção da CTOC deliberou que as reuniões livres de 2009, agendadas para 24 de Junho, em Braga, Porto, Angra do Heroísmo e Horta, transitem para o dia seguinte, 25, devido à celebração do feriado municipal nestes locais. As reuniões livres na Madeira mu-

daram de local no passado dia 10 de Setembro, passando a ter lugar na nova representação da Câmara, situada na Av. Madalena 99, Ed. Pç. das Madalenas I, R/C D, Santo António, Funchal. O calendário das reuniões livres para o próximo ano estará disponível no *site* da CTOC. ■

Câmara pretende erradicar «maus hábitos profissionais»

Tomaram posse os controladores que vão avaliar 640 membros sorteados

Decorreu no dia 22 de Setembro, na sede da CTOC, o sorteio público que seleccionou os 640 TOC que serão objecto de Controle da Qualidade. O universo abrangeu os profissionais activos e reinscritos, que de facto exercem a actividade, oriundos de todos os distritos e regiões autónomas. Lisboa, Porto, Setúbal e Braga são os distritos com mais membros alvo de controle: 181, 131, 49 e 46, respectivamente. Para o efeito considerou-se a proporção de TOC inscritos por distrito e os que exercem efectivamente a profissão. Domingues de Azevedo reiterou o compromisso da Instituição que dirige no reforço das preocupações qualitativas dos membros. «Perante um mercado mais competitivo e uma estrutura sócio-profissional mais evoluída, os TOC desempenham um papel cada vez mais responsabilizado». Nesta perspectiva, prosseguiu o presidente da CTOC, «os TOC precisam de interpretar a evolução da própria Contabilidade e conhecer em profundidade o negócio do seu cliente». Domingues de Azevedo

não escondeu a sua indignação perante casos que continuam a chegar ao conhecimento da Câmara: «Como é possível cobrar 50 euros por mês por uma contabilidade organizada? Nestas condições, não é possível existir um mínimo de qualidade. Com actos destes, está-se a destruir, aos poucos, uma profissão com enormes perspectivas». O presidente da CTOC confirmou aos presentes que, neste âmbito, já



A CTOC pretende, com as acções de controle de qualidade, obter um efeito pedagógico junto dos profissionais

foram remetidos três processos para o Conselho Disciplinar da Câmara.

A cerimónia pública, que contou com a presença de diversos profissionais, serviu ainda para a tomada de posse dos 11 controladores de qualidade. O presidente da CTOC enalteceu o trabalho daqueles elementos, considerando-os «os braços» da Instituição junto dos profissionais e

destacou o «efeito pedagógico» das suas acções de controlo. «Há colegas que persistem em maus hábitos profissionais e o que desejamos é ter TOC mais competentes».

Domingues de Azevedo informou ainda que a CTOC já autorizou 23 entidades para ministrarem formação equiparada, de acordo com o artigo 4.º do Regulamento da Atribuição de Créditos. ■

Lopes de Sá analisa normas internacionais

Conferências na Madeira e nos Açores

Uma vez mais, os Técnicos Oficiais de Contas da Madeira e da ilha de S. Miguel, nos Açores, tiveram a oportunidade de ouvir António Lopes de Sá.

Orador nato, o maior publicista de língua portuguesa das temáticas contabilísticas proferiu, no dia 30 de Setembro, no Funchal, e no dia 2 de Outubro, em Ponta Delgada, conferências subordinadas ao tema «As Normas Internacionais de Contabilidade». Na Madeira, perante uma assistência de cerca de 400 profissionais e 80 estudantes universitários e nos Açores perante cerca de 180 TOC, Lopes de Sá procurou demonstrar a diferença entre a doutrina que sustenta a teoria neopa-

trimonialista por si defendida, em contrapartida com o funcionamento das normas internacionais de Contabilidade. ■



Foto: José António Rodrigues/Públicor

António Lopes de Sá mostrou-se, uma vez mais, feroz crítico das NIC

CTOC apresentou propostas para o OE/2009

Propostas apresentadas ao SEAF disponíveis no *site* da Câmara

A Direcção da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas teve, no passado dia 23 de Setembro, uma reunião de trabalho com o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos

Lobo, a quem entregou um pacote com diversas propostas para o Orçamento do Estado para 2009. O documento pode ser consultado, na íntegra, no *site* da CTOC. ■

Nova revista fiscal com condições especiais para TOC

No âmbito do protocolo CTOC/IDEFF

A CTOC e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, estreitaram o seu relacionamento a nível do conhecimento científico.

Com o protocolo assinado a 17 de Setembro entre os seus máximos responsáveis, Domingues de Azevedo e Eduardo Paz Ferreira, os TOC vão ter a possibilidade de consultar, de forma gratuita, a publicação editada pelo IDEFF, intitulada «Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal», em formato electrónico. Os que pretenderem assinar a publicação, em suporte de papel, terão direito a 25 por cento de desconto sobre o preço de capa.

O protocolo é, nas palavras do presidente do IDEFF, o corolário de um trabalho de cooperação já existente entre as duas entidades. «Existe uma promiscuidade salutar entre o IDEFF e a CTOC», agradeceu Paz Ferreira, que destacou o facto da Câmara ser a maior entidade reguladora do País, o que vai permitir à «Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal»

ter «uma grande abertura ao exterior.» Domingues de Azevedo, por seu lado, sublinhou a qualidade técnica da publicação e a importância dos seus temas para o desenvolvimento da profissão de TOC: «É um excelente contributo para o desenvolvimento da Fiscalidade em Portugal», sustentou.

Presente na cerimónia, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, embora não naquela qualidade, quis deixar algumas palavras: «Parcerias deste género são muito importantes. Os TOC são elementos fundamentais para a compreensão dos temas que vão ser abordados na edição do IDEFF», disse Carlos Lobo.

A «Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal», que já vai no segundo número, tem periodicidade trimestral e assenta em quatro secções: artigos doutrinários, análise de como o Direito Financeiro e Fiscal é interpretado e aplicado pelos tribunais, crítica literária e principais novidades na área dos projectos e estudos. A revista vai ser também disponibilizada no CD-ROM da CTOC. ■



CTOC e IDEFF estreitaram cooperação com a assinatura de protocolo